

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
OUVIDORIA REGIONAL

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO COMITÊ MULTINÍVEL E MULTISSETORIAL DE
ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - 10/3/2026**

Resumo: A reunião inaugural de 2026 prosseguiu apesar do baixo quórum, com foco na implementação do ato presidencial sobre o Acesso à Justiça do Trabalho, no âmbito do TRT11, por pessoas em situação de rua, ainda que desacompanhadas de documentação civil – **ATO N. 025/2026/SGP - PROAD N. 5042/2026**

Acesso à Justiça Aprovado

Foi discutido o novo ato da presidência que garante atendimento prioritário e acesso à justiça do trabalho para pessoas em situação de rua, mesmo sem documentação. A Ouvidoria Regional atuará como canal de escuta qualificada para intervir em casos de mau atendimento aos vulneráveis.

Foco na Premiação CNJ

O comitê decidiu focar urgentemente nos próximos 3 meses nas atividades de premiação do selo CNJ, com prioridade para a capacitação obrigatória de 20 horas. Foi sugerida a **obrigatoriedade da capacitação para os membros do comitê, atermiação e segurança, incluindo os agentes terceirizados da portaria.**

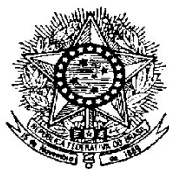
Mutirões e Fluxo Colaborativo

Para cumprir a meta do CNJ, foram agendados no mínimo 3 mutirões interinstitucionais até maio, incluindo Boa Vista, Iranduba e a Casa da Misericórdia. O novo fluxo permanente de trabalho colaborativo em rede deverá envolver Defensoria, Ministério Público e outros órgãos, conforme estabelecido pelo ato presidencial.

Detalhes

Início da Reunião e Confirmação de Presença: Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, Ouvidora Regional e Presidente do Comitê PopRuaJud TRT-11; Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz, Titular da Vara do Trabalho de Itacoatiara e Coordenadora do Comitê Local da Política de Atenção a Pessoas em Situação de Rua do Poder Judiciário do Amazonas – PopRuaJud; Claudia Maria Chã Jacob Diretora da Divisão da Ouvidoria e Unidade de Apoio Executivo - UAE; Hariany Melo Nunes Diretora da Divisão de Administração do FTBV; representante do Diretor da Coordenadoria de Polícia Judicial, senhor Alberto Mota.

Justificaram as ausências: Juiz Titular da 3ª Vara de Boa Vista, Raimundo Paulino Cavalcante Filho; Gesla Lima Silva Diretora da Secretaria-Geral da Presidência; Mônica Lopes sobreira -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
OUVIDORIA REGIONAL

Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica; Karla Cristina Silva Petrucelly Israel - Médica; Samielle Costa Eliseu Sales – Enfermeira FTBV; Nascimento Marinho Monteiro - Assistente Social.

Iniciaram a reunião.

- **Atos Presidenciais e Acesso à Justiça para Pessoas em Situação de Rua:** Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, Ouvidora Regional e Presidente do **COMITÊ MULTINÍVEL E MULTISSETORIAL DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA** (Portaria n. 078/2026/SGP de 20/2/2026), mencionou um ato da presidência do TRT, baixado em 9/3/2026, que dispõe sobre o acesso à justiça do trabalho para pessoas em situação de rua, mesmo sem documentação civil. Este ato assegura atendimento prioritário, cooperação com o comitê e a implementação de um fluxo permanente de trabalho colaborativo. O ato também destaca que a Ouvidoria Regional atuará como canal institucional de escuta e acolhimento qualificado para essas demandas.
- **Ouvidoria e Incidentes de Mau Atendimento:** A Desdora. Ouvidora Regional, Ormy da Conceição Dias Bentes, relatou um problema na atermação onde uma pessoa em situação de rua, que possuía uma carteira de trabalho antiga, não foi atendida, alegando-se que apenas carteiras digitais eram aceitas. Ela ressaltou que a justiça é aberta a todos, e que a ouvidoria está agora com essa escuta qualificada para intervir em casos de má recepção, conscientizando o pessoal sobre a importância do atendimento. **A Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz propôs que a equipe de atermação fosse solicitada, por meio da Presidência deste E. Tribunal, para realizar cursos de capacitação obrigatória.**
- **Necessidade de Capacitação de Servidores para Atendimento:** A Desdora. Ormy da Conceição Dias Bentes, **Ouvidora Regional e Presidente do Comitê PopRuaJUD**, enfatizou que **tem havido problemas de tratamento e abordagem por parte dos servidores, destacando que a ouvidoria precisa de uma reunião para discutir com eles como tratar as pessoas.** Elas argumentaram que a capacitação exigida pelo CNJ é fundamental para que os servidores estejam preparados para receber e atender adequadamente as pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. A Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz reforçou que isso é necessário para proteger a boa imagem do tribunal.
- **Foco Imediato nas Metas do CNJ para Premiação:** Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz destacou que o alvo imediato do comitê, nos próximos três meses (março,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
OUVIDORIA REGIONAL

abril e maio), é concentrar esforços nas atividades visando a premiação do selo do CNJ. O período de avaliação pelo CNJ é de 1º de junho de 2025 a 30 de maio de 2026, o que torna o trabalho atual urgente para maximizar a pontuação do tribunal.

- **Requisito de Capacitação do CNJ e Escopo de Aplicação:** O primeiro item a ser cumprido é a capacitação, que deve ter no mínimo 20 horas, em parceria com a Escola Judicial. Hariany Melo Nunes questionou se a capacitação exigida pelo CNJ se restringia aos membros do comitê ou se deveria ser estendida a mais servidores e, a Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz confirmou que o ideal seria o tribunal inteiro. No entanto, elas concordaram em pelo menos priorizar o comitê, atermação, APJ's - Agentes de Portaria e Seguranças, pois são a linha de frente no atendimento ao público. Alberto Mota Carlos, representando o Diretor de Segurança, concordou e sugeriu que seja acionando o gestor do contrato, Coronel Ailton, que envolvesse os APJ's nos treinamentos.
- **Detalhamento do Requisito de Capacitação:** Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz aconselhou que os membros escolhessem cursos de no mínimo 30 horas para garantir o cumprimento das 20 horas exigidas pelo CNJ em uma única capacitação. Além dos cursos online disponíveis, o CNJ exige uma capacitação *in loco*, para a qual o comitê está em tratativas com a Missão Vida, uma instituição que trabalha com a população em situação de rua. A Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz fará uma palestra como **capacitadora na visita à Missão Vida, agendada para 24 de abril de 2026.**
- **Formato e Organização dos Mutirões Interinstitucionais:** O segundo item a ser cumprido são os mutirões interinstitucionais, que exigem a participação de múltiplos órgãos para atendimento à população de rua. É exigida a realização de no mínimo quatro mutirões, e o comitê decidiu que cada tribunal parceiro organizaria um. **Um dos mutirões deve ocorrer fora da capital e será realizado em Iranduba, em 17 de abril,** em parceria com o Tribunal de Justiça do Amazonas.
- **Fluxo Permanente Específico e Trabalho em Rede:** O terceiro item é a exigência de um fluxo permanente específico de trabalho colaborativo, o que deve envolver Defensoria, Ministério Público e outros órgãos, conforme o ato recente da presidência. Claudia Maria Chã Jacob explicou que **a ideia central é formar uma rede de atendimento para que as pessoas não fiquem sem assistência** e sejam encaminhadas diretamente entre os órgãos, evitando que a pessoa tenha que se locomover sem recursos.
- **Agenda dos Mutirões e Compromisso de Prioridade:** As datas agendadas para os mutirões incluem Boa Vista em 20 de março de 2026, Iranduba em 17 de abril de 2026, e a Casa da Misericórdia em 15 de maio de 2026. **A Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz pediu a todos os membros em Manaus que priorizem**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
OUVIDORIA REGIONAL

esses eventos na agenda, dada a urgência de cumprimento das metas do CNJ até 31 de maio de 2026.

- **Considerações Finais e Agradecimentos:** A Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, Ouvidora Regional, agradeceu a presença e a atuação da Juíza do Trabalho Adriana Lima de Queiroz, reforçando a importância de todos participarem ativamente. A Juíza Trabalho Adriana Lima de Queiroz agradeceu pela confiança e apoio na condução do trabalho, comprometendo-se a continuar ajudando.

Manaus, 11 de março de 2026.

Assinado Eletronicamente

ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES

Desembargadora Ouvidora Regional do TRT da 11ª Região e Presidente do Comitê Multinível e Multissetorial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua

Anexos: Pauta do Comitê Popruajud - 1ª Reunião em 10/3/2026;
Resolução CNJ Nº 425/2021; Resolução CNJ Nº 605/2025; Portaria Presidência CNJ N. 176-2025 – Índice de Implementação da Política Nacional PopRuaJud; ATO Nº 025/2026/SGP Acesso à Justiça do Trabalho, no âmbito do TRT11, por pessoas em situação de rua, ainda que desacompanhadas de documentação civil – PROAD N. 5042/2026